

Sumário

PARTE 1 LEI Nº 14.133/2021

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	43
CAPÍTULO I – DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI	43
1 LICITAÇÃO PÚBLICA	44
1.1 RESUMO HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO LICITATÓRIA NO BRASIL.....	45
1.1.1 Textos normativos de destaque na legislação licitatória, até meados do século XX.....	45
1.1.2 A modelagem inaugurada com o decreto-Lei nº 200/1967.....	49
1.1.3 O decreto-lei nº 2.300/1986 e o início do modelo maximalista.....	52
1.1.4 O ciclo da lei nº 8.666/93.....	54
1.1.5 Administração pública, a seleção de fornecedores e a aprovação da nova lei de licitações.....	58
1.2 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	61
1.3 COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	62
1.3.1 Competência legislativa e autonomia administrativa.....	65
1.3.2 Não exaurimento da competência legislativa privativa.....	66
1.4 NORMAS MATERIALMENTE GERAIS X NORMAS MATERIALMENTE ESPECÍFICAS.....	67
1.4.1 A Competência de Estados e Municípios para Legislar sobre Contratações de Grande Vulto.....	71
1.5 CARÁTER GERAL DAS NORMAS E COMPETÊNCIA PARA REGULAMENTAÇÃO.....	72
1.6 NORMAS FEDERAIS DE CARÁTER ESPECÍFICO E CONSTITUCIONALIDADE.....	73
1.7 PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DE LICITAR EM SUAS PERSPECTIVAS BUROCRÁTICA, DEMOCRÁTICA E SUBJETIVA.....	74
1.7.1 Exceções ao princípio da obrigatoriedade.....	75
1.7.2 Exceções ao princípio da obrigatoriedade e competência legislativa.....	76
1.8 ASPECTOS DE TEORIA ECONÔMICA DAS LICITAÇÕES NO CASO BRASILEIRO.....	77
1.9 DESTINATÁRIOS DAS REGRAS LICITATÓRIAS.....	81
1.9.1 Fundos especiais.....	81
1.9.2 Entidades controladas.....	81
1.9.3 Serviços Sociais Autônomos.....	81
1.9.4 Organizações Sociais (OS).....	82
1.9.5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).....	83
1.9.6 Estatais.....	84
1.10 LICITAÇÕES COM RECURSOS PROVENIENTES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	84
1.10.1 Origem internacional dos recursos.....	85

1.10.2	Competência do Congresso Nacional.....	86
1.10.3	Mitigação das regras licitatórias e captação parcial de recursos.....	86
1.10.4	Mitigações e exigências do doador.....	86
1.10.5	Mitigações e respeito aos princípios constitucionais.....	87
1.10.6	licitações internacionais e vedação a países específicos.....	88
1.10.7	Recursos internacionais e aprovação pelo parecerista jurídico.....	88
2	OBJETO DA LICITAÇÃO.....	88
2.1	OBJETO DA LICITAÇÃO X PRETENSÃO CONTRATUAL.....	89
3	HIPÓTESES DE NÃO SUBMISSÃO AO REGIME LICITATÓRIO E CONTRATUAL.....	89
3.1	CONSEQUÊNCIAS DA NÃO SUBMISSÃO AO REGIME LICITATÓRIO E CONTRATU- AL.....	90
3.2	CARÁTER EXEMPLIFICATIVO DO ELENCO.....	90
4	MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....	91
4.1	DA NÃO APLICAÇÃO DAS REGRAS DA LC 123/2006.....	92
	CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS	93
5	PRINCÍPIOS.....	94
5.1	LEGALIDADE.....	94
5.2	IMPESSOALIDADE.....	97
5.3	MORALIDADE.....	98
5.4	PUBLICIDADE.....	99
5.4.1	publicidade e lei de acesso à informação.....	99
5.5	EFICIÊNCIA.....	100
5.6	INTERESSE PÚBLICO.....	102
5.7	PROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	103
5.8	IGUALDADE.....	104
5.9	PLANEJAMENTO.....	106
5.10	TRANSPARÊNCIA.....	106
5.11	SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES.....	108
5.12	MOTIVAÇÃO.....	109
5.13	VINCULAÇÃO AO EDITAL.....	109
5.14	VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E FORMALISMO MODERADO.....	109
5.14.1	LEI Nº 13.726/18 E A RACIONALIZAÇÃO DE ATOS E PROCEDIMENTOS ADMINIS- TRATIVOS.....	110
5.14.2	SELO DE DESBUROCRATIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO.....	111
5.15	JULGAMENTO OBJETIVO.....	111
5.16	SEGURANÇA JURÍDICA.....	112
5.17	RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.....	112
5.18	COMPETITIVIDADE.....	114
5.19	DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL.....	114
5.20	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO.....	115
	CAPÍTULO III – DAS DEFINIÇÕES	115
6	DEFINIÇÕES LEGAIS.....	122

CAPÍTULO IV – DOS AGENTES PÚBLICOS	122
7 LICITAÇÕES E DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS	124
7.1 DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	126
7.2 SEGREGAÇÃO DE RESPONSABILIDADES	126
8 AGENTE DE CONTRATAÇÃO	127
8.1 DA CONDIÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO OU DE EMPREGADO PÚBLICO	128
8.1.1 COMPLEXIDADE DA QUESTÃO DIANTE DA REALIDADE BRASILEIRA	129
8.2 AGENTE DE CONTRATAÇÃO E O DECRETO FEDERAL N.º 11.246, DE 2022	131
8.2.1 Atribuição do agente de contratação e o regulamento federal	132
8.3 CESSÃO DE SERVIDORES PARA EXERCER A FUNÇÃO DE AGENTE DE CONTRATAÇÃO OU PREGOEIRO	133
9 AGENTE PÚBLICO E VEDAÇÕES	134
10 DEFESA DOS AGENTES PÚBLICOS PELA ADVOCACIA PÚBLICA	135
10.1 IMPORTÂNCIA DO ESTABELECIMENTO DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL PELO ÓRGÃO DE ADVOCACIA PÚBLICA	137
10.2 DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL E RESPONSABILIDADE DA ADVOCACIA PÚBLICA PELA NECESSIDADE DE DEFESA	138
10.3 DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL E ATOS PRATICADOS POR AGENTE DE CONSELHOS PROFISSIONAIS	139
10.4 CONSTITUCIONALIDADE DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL PELA ADVOCACIA PÚBLICA	139
10.5 DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO EM FACE DA ORIENTAÇÃO JURÍDICA DIFERENTE DA INDICADA PELO ARTIGO 53	140
TÍTULO II – DAS LICITAÇÕES	141
CAPÍTULO I – DO PROCESSO LICITATÓRIO	141
11. DOS OBJETIVOS DO PROCESSO LICITATÓRIO	145
11.1 PROPOSTA MAIS VANTAJOSA (VANTAJOSIDADE)	145
11.2 TRATAMENTO ISONÔMICO E JUSTA COMPETIÇÃO	146
11.3 EVITAR SOBREPREÇO, PREÇOS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS E SUPERFATURAMENTO	146
11.4 INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL	147
11.5 DA GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES	147
11.5.1 Governança das contratações federais e normatização federal (portaria seges/ME nº 8.678/2021)	148
12. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	153
12.1 DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL	154
12.2 DECRETO FEDERAL Nº 10.947/2022 E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)	154
13 PUBLICIDADE E ACESSO AOS ATOS DO PROCEDIMENTO	156
14 VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO CONTRATUAL	156
14.1 VEDAÇÃO DECORRENTE DE SANÇÃO E O REFLEXO EM TERCEIROS	157
14.2 VEDAÇÃO E AUTORIA DOS PROJETOS	157

14.3	VEDAÇÃO E CONTRATAÇÕES PARCIALMENTE FINANCIADAS POR AGÊNCIA OFICIAL DE COOPERAÇÃO ESTRANGEIRA OU POR ORGANISMO FINANCEIRO INTERNACIONAL	158
15	PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS NAS LICITAÇÕES	158
15.1	LIMITAÇÃO AO NÚMERO DE EMPRESAS NO CONSÓRCIO	160
15.2	ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO	160
15.3	REGULARIDADE JURÍDICA DO CONSÓRCIO	162
16	PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS NAS LICITAÇÕES	162
16.1	CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS E IN 05/2017 (EXPOSIÇÃO ILUSTRATIVA)	163
16.2	COOPERATIVAS DE TRABALHO E A LEI Nº 12.690/2012	164
17	DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO	165
17.1	DO FORMATO ELETRÔNICO OU PRESENCIAL	166
17.2	DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA	166
17.3	DA EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÕES	166
	CAPÍTULO II – DA FASE PREPARATÓRIA	167
	SEÇÃO I – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO	167
18	DA FASE PREPARATÓRIA DO PROCESSO LICITATÓRIO	173
18.1	DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	174
18.1.1	Estudo técnico preliminar e a instrução normativa seges nº 58/2022	177
18.1.2	Da (não) obrigatoriedade de elaboração do estudo técnico preliminar	181
18.1.3	Estimativa do valor da contratação no ETP	184
18.2	DEFINIÇÃO DO OBJETO	184
18.3	TERMO DE REFERÊNCIA	184
18.3.1	Termo de referência e a instrução normativa SEGES/ME nº 81 de 25 de novembro de 2022	186
18.3.2	Sistema TR Digital	187
18.3.3	Exceções à elaboração do TR e IN 81-2022	189
18.4	PROJETO BÁSICO	189
18.4.1	Projeto básico e elementos mínimos	190
18.5	ANTEPROJETO DE ENGENHARIA	192
18.6	PROJETO EXECUTIVO	194
18.7	ANÁLISE DE RISCOS	194
18.8	A ANÁLISE DE MERCADO COMO COMPONENTE DE APERFEIÇOAMENTO DO PLANEJAMENTO	194
19	DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO COM COMPETÊNCIAS REGULAMENTARES	195
19.1	DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS	195
19.2	BUILDING INFORMATION MODELLING – BIM	196
19.3	DECRETO Nº 11.888/2024 E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DISSEMINAÇÃO DO BUILDING INFORMATION MODELLING (BIM)	197
19.4	AUXÍLIO DOS ÓRGÃOS DE ACESSORAMENTO JURÍDICO E DE CONTROLE NA CONSTRUÇÃO DOS MODELOS	198

20	DA VEDAÇÃO À AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE LUXO	199
20.1	CONCEITO ELASTICIDADE-RENDA DA DEMANDA	200
20.2	BENS DE CONSUMO X BENS PERMANENTES	201
21	AUDIÊNCIA PÚBLICA E CONSULTA PÚBLICA	202
22	MATRIZ DE RISCOS	202
22.1	TAXA DE RISCOS	203
23	ESTIMATIVA DE PREÇOS (PESQUISA DE PREÇOS)	204
23.1	PREÇO DE REFERÊNCIA, PREÇO DE MERCADO E PREÇO TRANSACIONAL	204
23.2	FUNÇÃO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS	206
23.3	INEXATIDÃO DAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS (PESQUISA DE PREÇOS)	207
23.4	PESQUISA DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES	207
23.5	PREÇO MÁXIMO X PREÇO ESTIMADO	209
23.6	PESQUISA COM FORNECEDORES	209
23.7	OUTRAS FORMAS EFICIENTES PARA ESTIMATIVA DE PREÇOS	211
23.8	ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	212
23.9	ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS POR MUNICÍPIOS, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	214
23.10	ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS	214
23.11	ESTIMATIVA DE PREÇOS E RESPONSABILIDADE	214
23.12	ESTIMATIVA DE PREÇOS E A INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 65/2021	216
23.12.1	Critérios de elaboração da pesquisa e precificação dos riscos	217
23.12.2	Parâmetros de pesquisa da in 65/2021	217
23.12.3	IN 65/2021 e pesquisa de preços com fornecedores	218
23.12.4	IN 65/2021 e metodologia para obtenção do preço estimado	219
23.12.5	IN 65/2021 e a pesquisa de preços na contratação direta	220
23.12.6	IN 65/2021 e contratação de itens de tecnologia da informação e comunicação – TIC	220
23.12.7	Adoção da IN 65/2021 pela administração pública estadual, distrital ou municipal	221
23.12.8	Uso da IN 65/2021 para adesões e para contratações de itens específicos em licitações para srp com adjudicação por grupo	221
23.12.9	IN 65/2021 e orçamento sigiloso	221
24	ORÇAMENTO SIGILOSO	222
24.1	ORÇAMENTO SIGILOSO PARCIAL	223
24.2	ORÇAMENTO SIGILOSO E PROCEDIMENTO INTERNO	224
24.3	ORÇAMENTO SIGILOSO E ACESSO PELO CONTROLE INTERNO E EXTERNO	224
24.4	ORÇAMENTO SIGILOSO COMO OPÇÃO DISCRICIONÁRIA	224
24.5	ORÇAMENTO SIGILOSO E MOMENTO DE DIVULGAÇÃO	226
24.6	ORÇAMENTO SIGILOSO E LEGISLAÇÕES ESTRANGEIRAS	228
24.7	ORÇAMENTO SIGILOSO E ANÁLISE ECONÔMICA	229
24.8	ORÇAMENTO SIGILOSO E A POTENCIAL VANTAGEM ECONÔMICA NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA	230
24.9	ORÇAMENTO SIGILOSO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO	233

25	EDITAL.....	236
25.1	EDITAL E SIMPLIFICAÇÃO.....	236
25.2	PADRONIZAÇÃO DE MINUTAS DE EDITAIS.....	236
25.3	ELEMENTOS LOCAIS NA PLANILHA DE CUSTOS.....	237
25.4	DA DIVULGAÇÃO.....	237
25.5	DA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE.....	237
25.6	DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL.....	240
25.7	DO REAJUSTAMENTO.....	240
25.8	A EXIGÊNCIA DAS COTAS EM RELAÇÃO À MÃO DE OBRA DO CONTRATO.....	241
25.8.1	Exigência de percentual mínimo da mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica.....	241
25.8.2	Exigência de cota para mão de obra oriunda do sistema prisional.....	242
25.8.2.1	Exigência de cota para mão de obra oriunda do sistema prisional e o decreto nº 9.450/2018.....	243
25.8.2.2	Da complexidade das contratações de serviços como dificultadores da aplicação da regra do decreto.....	243
25.8.2.3	Da análise de conveniência na utilização das cotas.....	245
26	DA MARGEM DE PREFERÊNCIA.....	245
26.1	DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL OU TECNOLÓGICA OU ACESSO A CONDIÇÕES VANTAJOSAS DE FINANCIAMENTO.....	246
26.2	LICITAÇÕES RESTRITAS A BENS E SERVIÇOS COM TECNOLOGIA DESENVOLVIDA NO PAÍS.....	247
26.3	DECRETO Nº 11.890/2024 E MARGENS DE PREFERÊNCIA.....	247
27	DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS FAVORECIDAS.....	248
SEÇÃO II – DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO.....		248
28	MODALIDADES LICITATÓRIAS.....	250
28.1	VEDAÇÃO À CRIAÇÃO OU COMBINAÇÃO DE NOVAS MODALIDADES LICITATÓRIAS.....	251
28.2	MODALIDADES LICITATÓRIAS E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	251
29	CONCORRÊNCIA E PREGÃO.....	251
30	CONCURSO.....	253
31	LEILÃO.....	253
31.1	LEILÃO COMUM E LEILÃO ADMINISTRATIVO.....	254
31.2	LEILÃO ADMINISTRATIVO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS.....	254
31.3	TIPOS DE LEILÕES (INGLÊS, HOLANDÊS, PRIMEIRO PREÇO, VICKREY, ABERTO E FECHADO).....	255
31.4	CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO.....	256
31.5	REGULAMENTO FEDERAL DA MODALIDADE LEILÃO.....	256
32	DIÁLOGO COMPETITIVO.....	257
32.1	APLICAÇÃO DO DIÁLOGO COMPETITIVO.....	258
32.2	DIÁLOGO COMPETITIVO E PROCEDIMENTO.....	259
32.2.1	Fase de pré-seleção E SEU CARÁTER dual.....	261
32.2.2	Fase de pré-seleção e REQUISITOS FLEXÍVEIS.....	262

32.3	ADMINISTRAÇÃO DIALÓGICA	262
32.4	DIÁLOGO COMPETITIVO E COMISSÃO	262
32.5	DIÁLOGO COMPETITIVO X PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (PMI)	263
32.6	DIRETIVAS DA UNIÃO EUROPEIA 2014/24 E MODELOS DE PROCEDIMENTO CONCORRENCIAL DIALÓGICO E FLEXÍVEL	265
SEÇÃO III – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO		266
33.	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	269
34	MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO	269
34.1	DA AFERIÇÃO DO MENOR PREÇO PELO MAIOR DESCONTO EM TABELA OU PLANILHA	270
35	MELHOR TÉCNICA OU CONTEÚDO ARTÍSTICO	272
36	TÉCNICA E PREÇO	272
37	NUANCES COMUNS AOS CRITÉRIOS MELHOR TÉCNICA OU TÉCNICA E PREÇO	273
37.1	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E O USO OBRIGATÓRIO DA MELHOR TÉCNICA OU TÉCNICA E PREÇO	275
38	DA EXIGÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAL INDICADO NA LICITAÇÃO, DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL	276
39	MAIOR RETORNO ECONÔMICO	277
39.1	CONTRATO DE EFICIÊNCIA	278
SEÇÃO IV – DISPOSIÇÕES SETORIAIS		280
SUBSEÇÃO I – DAS COMPRAS		280
40	DO PLANEJAMENTO DE COMPRAS	282
40.1	CONDIÇÕES DO SETOR PRIVADO	283
40.2	CONDIÇÕES DO SETOR PRIVADO PARA OBRAS E SERVIÇOS	284
40.3	TERMO DE REFERÊNCIA NAS COMPRAS	284
40.4	ESPECIFICAÇÃO DO BEM E PLANEJAMENTO	285
40.5	PRINCÍPIO DO PARCELAMENTO	285
40.6	PARCELAMENTO (DIVISÃO) DA PRETENSÃO CONTRATUAL	286
40.6.1	Adjudicação por item	287
40.6.2	Adjudicação por itens x aglutinação de objetos	288
40.6.3	Adjudicação por item e empreitada por preço global	289
40.6.4	Item x lote x grupo	289
40.6.5	Divisão da pretensão contratual no direito europeu	290
41	LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE BENS	292
41.1	INDICAÇÃO DE MARCA	293
41.2	AMOSTRA	295
41.3	VEDAÇÃO À CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO	296
41.4	CARTA DE SOLIDARIEDADE	297
42	DA PROVA DE QUALIDADE DE PRODUTO	298
43	PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO	299
44	DA COMPRA OU LOCAÇÃO DE BENS	300

SUBSEÇÃO II – DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	300
45 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	302
45.1 PROJETO BÁSICO E IMPACTO AMBIENTAL	302
46 REGIMES DE EXECUÇÃO	303
46.1 EXECUÇÃO DIRETA X EXECUÇÃO INDIRETA	303
46.2 EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO	303
46.3 EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL	304
46.4 EMPREITADA INTEGRAL	305
46.4.1 Empreitada integral E ADITIVOS	306
46.5 TAREFA	306
46.6 CONTRATAÇÃO INTEGRADA	307
46.7 CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA	309
46.8 LIMITES AO REGIMES DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI-INTEGRADA	310
SUBSEÇÃO III – DOS SERVIÇOS EM GERAL	312
47 LICITAÇÕES DE SERVIÇOS – PRINCÍPIOS	313
47.1 SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DIVERSOS, AGLUTINAÇÃO E ADJUDICAÇÃO POR ITENS	313
48 TERCEIRIZAÇÃO	314
48.1 TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS E AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	315
48.2 TERCEIRIZAÇÃO E O DILEMA: ATIVIDADE-FIM <i>VERSUS</i> ATIVIDADE-MEIO	316
48.3 VEDAÇÕES À TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS	320
48.4 REGRAS PARA OS INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS E CONTRATOS	322
48.5 TERCEIRIZAÇÃO E QUEBRA DA IMPESSOALIDADE	324
48.6 ÓRGÃOS PÚBLICOS E CONTRATAÇÕES DE “FACILITIES”	324
49 DA CONTRATAÇÃO SIMULTÂNEA	326
49.1 A QUESTÃO DA PERDA DE ECONOMIA DE ESCALA	327
50 SERVIÇOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	328
50.1 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	328
50.2 GESTOR DO CONTRATO E FISCAL DO CONTRATO	329
50.3 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA, SETORIAL E PELO PÚBLICO USUÁRIO	329
50.4 GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E A NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO	331
50.5 REGISTRO DAS OCORRÊNCIAS PELO FISCAL	331
50.6 PREPOSTO DA EMPRESA	332
SUBSEÇÃO IV – DA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	332
51 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	332
SUBSEÇÃO V – DAS LICITAÇÕES INTERNACIONAIS	333
52. LICITAÇÕES INTERNACIONAIS	333
CAPÍTULO III – DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO	334
53 ANÁLISE PELO ÓRGÃO DE ACESSORAMENTO JURÍDICO	335
53.1 ADVOCACIA PÚBLICA E CONFIGURAÇÃO CONSTITUCIONAL	336

53.2	DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE ASSESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº 8.666/93	338
53.3	O ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO NA LEI Nº 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES).....	339
53.4	FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA	340
53.5	PAPEL DE CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	341
53.6	DA NATUREZA JURÍDICA DO CONTROLE DE LEGALIDADE EXERCIDO PELO ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO	343
53.7	EFEITOS DO DESRESPEITO AO CARÁTER PREVENTIVO DA ANÁLISE JURÍDICA.....	343
53.8	NATUREZA NÃO VINCULANTE DO PARECER JURÍDICO.....	344
53.9	ANÁLISE JURÍDICA E PARECERES SINTÉTICOS.....	345
53.10	ANÁLISE JURÍDICA E PARECER REFERENCIAL	346
53.11	DA DISPENSA DA ANÁLISE JURÍDICA PARA CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE	347
53.11.1	Competência para a relativização da análise jurídica para controle prévio de legalidade	348
53.12	DOS VETOS AOS §§2º E 6º DO ARTIGO 53.....	349
53.13	PAPEL DE APOIO JURÍDICO A OUTROS SERVIDORES.....	351
53.13.1	Da relevância do apoio jurídico prestado pela advocacia pública.....	352
53.14	RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA JURÍDICO.....	354
53.14.1	Da inviolabilidade do advogado.....	354
53.14.2	Da ausência de competência do tribunal de contas para a responsabilização do advogado por sua opinião jurídica	355
53.14.3	Natureza da atividade do parecerista jurídico.....	358
53.14.4	Responsabilização de gestores e parecerista jurídico	359
53.14.5	Posição do STF e responsabilidade do parecerista.....	361
53.14.6	TCU e manifestação jurídica irrazoável.....	365
53.14.7	Posição da OAB	368
54	PUBLICIDADE DO EDITAL.....	368
54.1	DA PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM DIÁRIO OFICIAL E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO.....	369
	CAPÍTULO IV – DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES	370
55	PRAZOS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES.....	371
55.1	MODIFICAÇÕES NO EDITAL, DIVULGAÇÃO E PRAZOS.....	372
55.2	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022 E A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES	373
56	DOS MODOS DE DISPUTA.....	374
56.1	VEDAÇÕES	376
56.2	MODOS DE DISPUTA E A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022.....	376
56.3	LANCES INTERMEDIÁRIOS.....	378
56.4	REINÍCIO DA DISPUTA	378
56.5	LICITAÇÕES DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	379
56.5.1	Bonificações e Despesas Indiretas – BDI.....	379
56.6	“PREGÃO NEGATIVO”	380

57	DO INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES.....	381
57.1	USO DE ROBÔS PELOS LICITANTES.....	381
58	DA GARANTIA DA PROPOSTA.....	385
CAPÍTULO V – DO JULGAMENTO.....		385
59	DESCCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS.....	386
59.1	DESCCLASSIFICAÇÃO E SANEAMENTO.....	387
59.2	PREÇOS INEXEQUÍVEIS.....	388
59.3	EXEQUIBILIDADE E AS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA.....	389
59.4	CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE, JOGO DE CRONOGRAMA E JOGO DE PLANILHA.....	389
59.5	CRITÉRIOS DE INEXEQUIBILIDADE.....	391
59.5.1	Critérios de inexecuibilidade e a instrução normativa SEGES 73/2022.....	391
59.6	DILIGÊNCIAS.....	391
59.7	DILIGÊNCIAS E DISCRICIONARIEDADE.....	392
59.8	FORMAS DE DILIGÊNCIA.....	393
59.9	DESCCLASSIFICAÇÃO POR INEXEQUIBILIDADE E JUSTIFICATIVA.....	394
59.10	GARANTIA ADICIONAL.....	394
60	CRITÉRIOS DE DESEMPATE.....	395
60.1	AÇÕES DE EQUIDADE ENTRE HOMENS E MULHERES COMO CRITÉRIOS DE DESEMPATE E A REGULAMENTAÇÃO FEDERAL.....	396
61	NEGOCIAÇÃO.....	396
CAPÍTULO VI – DA HABILITAÇÃO.....		397
62	DA HABILITAÇÃO.....	401
62.1	HABILITAÇÃO E PROPORCIONALIDADE.....	402
62.2	HABILITAÇÃO E DISFUNÇÃO.....	404
63	DECLARAÇÕES E EXIGÊNCIAS GERAIS DE HABILITAÇÃO.....	405
63.1	ATESTADO DE VISITA TÉCNICA MONITORADA (VISTORIA PRÉVIA).....	405
64	DILIGÊNCIAS.....	407
65	CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E PREVISÃO EDITALÍCIA.....	408
66	HABILITAÇÃO JURÍDICA.....	408
67	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.....	409
67.1	CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL E CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL.....	410
67.2	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ROL LEGAL EXAUSTIVO.....	410
67.3	HABILITAÇÃO E ATESTADOS.....	411
67.4	SOMATÓRIOS DE ATESTADOS.....	411
67.5	INDICAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CANTEIROS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL.....	412
67.6	ATENDIMENTO DE REQUISITOS PREVISTOS EM LEI ESPECIAL.....	412
67.7	REGISTRO OU INSCRIÇÃO EM ENTIDADE PROFISSIONAL.....	413
67.8	DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	414
67.9	PROVA DE EXPERIÊNCIA POR DETERMINADO PERÍODO.....	414

67.10 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CONSÓRCIO	414
67.11 OUTRAS NUANCES DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	415
68 REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA	415
68.1 REGULARIDADE FISCAL.....	416
68.1.1 Regularidade fiscal e limites constitucionais.....	416
68.1.2 Regularidade fiscal e JUDICIALIZAÇÃO	417
68.1.3 Certidão de regularidade fiscal não fornecida no município do licitante.....	419
68.1.4 Regularidade fiscal e compatibilidade com o objeto licitado.....	419
68.2 REGULARIDADE PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO E CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT)	421
68.2.1 Fundamentos da CNDT	421
68.2.2 Certidão trabalhista e exigência em qualquer contratação.....	422
69 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	423
69.1 BALANÇO PATRIMONIAL	423
69.2 FALÊNCIA	424
69.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E VEDAÇÕES.....	425
69.4 REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA COMPRAS COM ENTREGA FUTURA, OBRAS E SERVIÇOS.....	425
69.5 RELAÇÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO LICITANTE	426
70 MITIGAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO	427
70.1 DISPENSA DE HABILITAÇÃO E REGULARIDADE COM A SEGURIDADE SOCIAL.....	428
CAPÍTULO VII – DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO	429
71 DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO.....	429
71.1 DA AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA	430
71.2 REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	431
71.3 ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO.....	432
71.4 AUTOTUTELA E DECADÊNCIA.....	433
71.5 INVALIDAÇÃO, AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO	433
71.6 CONVALIDAÇÃO DE VÍCIO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	433
CAPÍTULO VIII – DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....	437
SEÇÃO I – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA	437
72 CONTRATAÇÃO DIRETA.....	438
72.1 CONTRATAÇÃO DIRETA E REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	438
72.2 CONTRATAÇÃO DIRETA E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	439
72.3 DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA	439
72.4 CONTRATAÇÃO DIRETA E ANÁLISE JURÍDICA OBRIGATÓRIA.....	440
72.5 JUSTIFICATIVA DO PREÇO	441
72.6 CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE E A COTAÇÃO COM OUTROS FORNECEDORES	442
72.7 PONDERAÇÃO ECONÔMICA SOBRE A JUSTIFICATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE.....	444
72.8 CONTRATAÇÃO DIRETA E DÉBITO COM A SEGURIDADE SOCIAL	446

73	CONTRATAÇÃO DIRETA E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.....	447
SEÇÃO II – DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO		448
74	INEXIGIBILIDADE.....	449
74.1	INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO.....	450
74.2	INEXIGIBILIDADE E JUSTIFICATIVA.....	451
74.3	INEXIGIBILIDADE E NÃO TAXATIVIDADE.....	452
74.4	CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR EXCLUSIVO.....	452
74.4.1	Delimitação da exclusividade.....	452
74.4.2	Exclusividade absoluta e exclusividade relativa.....	453
74.5	PROFISSIONAL DE SETOR ARTÍSTICO E INEXIGIBILIDADE.....	453
74.5.1	Contratação do artista por empresário exclusivo.....	454
74.5.2	Contratações artísticas e concurso.....	455
74.6	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E INEXIGÍVEIS.....	455
74.6.1	Serviços técnicos profissionais especializados.....	456
74.6.1.1	Serviços técnicos especializados e participação do corpo técnico na execução contratual.....	456
74.6.2	Notória especialização.....	457
74.6.2.1	Notória especialização e respeito à impessoalidade.....	457
74.6.3	Da não exigência de natureza singular ao serviço.....	459
74.6.4	Inexigibilidade e contratação de advogado E de CONTADOR.....	460
74.6.5	Vedação para serviços de publicidade.....	463
74.6.6	Lei federal nº 12.232/2010 e licitação de serviços de publicidade.....	463
74.7	OBJETOS QUE DEVAM OU POSSAM SER CONTRATADOS POR MEIO DE CREDENCIAMENTO.....	465
74.8	AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE IMÓVEL CUJAS CARACTERÍSTICAS DE INSTALAÇÕES E DE LOCALIZAÇÃO TORNEM NECESSÁRIA SUA ESCOLHA.....	466
74.8.1	Requisitos.....	466
74.8.2	Desnecessidade de existência de um único imóvel apto.....	467
74.8.3	Contratação direta de locação sob medida (<i>built to suit</i>).....	468
SEÇÃO III – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO		470
75	DISPENSA.....	473
75.1	DISPENSA DE PEQUENO VALOR (INCISOS I E II).....	473
75.1.1	Dispensa de pequeno valor e fracionamento ilícito.....	474
75.1.2	Fracionamento ilícito e necessidade superveniente.....	476
75.1.3	Serviços de manutenção de veículos automotores.....	476
75.1.4	Dispensa de pequeno valor e consórcio público.....	477
75.1.5	Dispensa de pequeno valor e procedimento eletrônico.....	478
75.1.6	Dispensa eletrônica e a instrução normativa n. 67/2021.....	478
75.1.7	Dispensa eletrônica: hipóteses de uso e procedimento.....	479
75.1.8	Dispensa de pequeno valor e aditivo para aumento contratual.....	482
75.2	LICITAÇÃO DESERTA E FRACASSADA.....	483
75.2.1	Do prazo de um ano da realização da licitação.....	483
75.2.2	Da manutenção das condições definidas no anterior edital.....	484

75.2.3 Licitação deserta ou fracassada e Sistema de Registro de preços	484
75.3 AQUISIÇÃO DE COMPONENTES VINCULADA À GARANTIA (INC. IV, ALÍNEA A)	485
75.4 DISPENSA EM FACE DE ACORDO INTERNACIONAL (INC. IV, ALÍNEA B)	485
75.5 PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (INC. IV, ALÍNEA C)	485
75.6 CONTRATAÇÃO POR INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (INC. IV, ALÍNEA D)	486
75.7 COMPRAS DE GÊNEROS PERECÍVEIS (INC. IV, ALÍNEA E)	486
75.8 COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E DEFESA NACIONAL (INC. IV, ALÍNEA F)	487
75.9 PADRONIZAÇÃO DE MATERIAL MILITAR (INC. IV, ALÍNEA G)	487
75.10 CONTINGENTES MILITARES (INC. IV, ALÍNEA H)	487
75.11 ABASTECIMENTO DE EMBARCAÇÕES, AERONAVES E TROPAS (INC. IV, ALÍNEA I) ..	487
75.12 RESÍDUOS SÓLIDOS (INC. IV, ALÍNEA J)	488
75.13 OBRA DE ARTE E OBJETOS HISTÓRICOS (INC. IV, ALÍNEA K)	488
75.14 CONTRATAÇÕES DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO CIENTÍFICA (INCISO V)	489
75.15 CONTRATAÇÃO QUE POSSA ACARREAR COMPROMETIMENTO DA SEGURANÇA NACIONAL (INCISO VI)	493
75.16 DECLARAÇÃO DE GUERRA E PERTURBAÇÃO DA ORDEM (INCISO VII)	493
75.17 EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA (INCISO VIII)	494
75.17.1 Dispensa emergencial e desídia do gestor público	494
75.17.2 Gestor desidioso e responsabilização	495
75.17.3 Contratação emergencial e contingenciamento	496
75.17.4 Contratação emergencial e PRORROGAÇÃO	496
75.17.5 Situação emergencial ou de calamidade e discricionariedade da contratação direta	497
75.17.6 DISPENSA EMERGENCIAL E SUBLIMAÇÃO DA FASE INTERNA	498
75.18 CONTRATAÇÃO DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (INCISO IX)	498
75.18.1 Lei 14.744/2023 e a dispensa para serviços postais não exclusivos e serviços de comunicação multimídia	499
75.19 INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (INCISO X)	499
75.20 CONTRATO DE PROGRAMA EM CONSÓRCIO PÚBLICO OU CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO (INCISO XI)	500
75.20.1 Consórcio público	501
75.20.2 Contrato de Programa	501
75.21 CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS ESTRATÉGICOS PARA O SUS (INCISO XII)	502
75.22 CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE CRITÉRIOS DE TÉCNICA (INCISO XIII)	503
75.23 ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA (INCISO XIV)	503
75.24 DISPENSA PARA PESQUISA, ENSINO, DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL OU RECUPERAÇÃO SOCIAL DE PRESOS (INC. XV)	503
75.24.1 Instituição e pertinência com o objeto contratado	504
75.24.2 A dispensa do inciso XV e a subcontratação	504
75.24.3 Pluralidade de instituições e licitação	505
75.25 AQUISIÇÃO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS PARA A SAÚDE (INCISO XVI)	506

75.26	CONTRATAÇÃO DIRETA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CISTERNAS PARA FAMÍLIAS RURAIS DE BAIXA RENDA	506
75.27	CONTRATAÇÃO DIRETA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO GRATUITA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO SOCIAL	508
75.27.1	O PROGRAMA COZINHA SOLIDÁRIA.....	509
CAPÍTULO IX – DAS ALIENAÇÕES.....		510
76	DAS ALIENAÇÕES DE BENS PÚBLICOS.....	513
76.1	AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA.....	513
76.2	DAÇÃO EM PAGAMENTO	514
76.3	DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO	514
76.4	ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS E ABUSO ADMINISTRATIVO.....	515
76.5	DESAFETAÇÃO	515
77	ALIENAÇÃO E DIREITO DE PREFERÊNCIA	516
CAPÍTULO X – DOS INSTRUMENTOS AUXILIARES.....		516
SEÇÃO I – DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES		516
78	PROCEDIMENTOS AUXILIARES.....	517
SEÇÃO II – DO CREDENCIAMENTO		517
79	CREDENCIAMENTO	518
79.1	CREDENCIAMENTO E NATUREZA JURÍDICA	519
79.2	CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÕES DIRETAS	520
79.3	CREDENCIAMENTO E APLICABILIDADE.....	521
79.3.1	Contratação paralela e não excludente.....	522
79.3.2	Seleção a critério de terceiros.....	522
79.3.3	Mercados fluidos	523
79.4	CREDENCIAMENTO E BALIZAS LEGAIS.....	524
79.5	CREDENCIAMENTO E REMUNERAÇÃO	525
79.6	CREDENCIAMENTO E ESCOLHA DO FORNECEDOR	525
79.7	DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	526
79.8	CREDENCIAMENTO E FIXAÇÃO DE PREÇOS NAS HIPÓTESES COMPATÍVEIS	526
79.9	CREDENCIAMENTO E REAJUSTE	527
79.10	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E <i>E-MARKETPLACE</i>	527
79.11	POTENCIALIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO <i>E-MARKETPLACE</i> PÚBLICO NO BRASIL	533
79.12	O REGULAMENTO FEDERAL DO CREDENCIAMENTO (DECRETO Nº 11.878/2024)	535
79.13	PROJETO CONTRATA+BRASIL E A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /MGI Nº 52, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025.....	537
79.13.1	Da modelagem jurídica adotada.....	538
79.13.2	Princípios e principais atores	538
79.13.3	O procedimento de contratação.....	539
79.13.4	Do monitoramento da contratação	542
79.13.5	Sanções administrativas e a inativação temporária	543

79.13.6	Sucinta reflexão sobre os avanços possíveis e a prudência necessária.....	544
SEÇÃO III – DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO		545
80	PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE	546
80.1	CARÁTER PERMANENTE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO	547
80.2	ESPÉCIES.....	548
80.3	A PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DA LEI Nº 14.133/2021 E A PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE LICITANTES DA LEI Nº 8.666/93.....	549
80.4	DO PROCEDIMENTO	550
80.5	LICITAÇÃO RESTRITA AOS PRÉ-QUALIFICADOS	551
80.6	PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE E COMPARTILHAMENTO.....	551
SEÇÃO IV – DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE		552
81	PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE	553
SEÇÃO V – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.....		554
82	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	557
82.1	BREVE HISTÓRICO SOBRE A EVOLUÇÃO NORMATIVA DO SRP	558
82.2	PONTOS DE DESTAQUE NA REGULAMENTAÇÃO FEDERAL SOBRE O SRP (DECRETO FEDERAL Nº 11.462/2023).....	559
82.2.1	ROL EXEMPLIFICATIVO DAS HIPÓTESES DE ADOÇÃO DO SRP	560
82.2.2	CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODALIDADES COMPATÍVEIS.....	561
82.2.3	ADESÃO POR ÓRGÃO PARTICIPANTE	561
82.2.4	AMPLIAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	562
82.2.5	CADASTRO DE RESERVA E EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO	563
82.2.6	O REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ARP	563
82.2.7	A UTILIZAÇÃO DE ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS BASEADAS NAS LEIS Nº 8.666/93, 10.520/2002 E RDC, APÓS SUAS REVOGAÇÕES	564
82.3	PARÂMETROS E CONDIÇÕES LEGAIS PARA APLICAÇÃO DO SRP NA LEI Nº 14.133/2021	567
82.3.1	Possibilidade de fornecedores registrados com preços diferentes	567
82.3.2	Características do srp e condições para sua adoção.....	568
82.3.3	Facultatividade de contratação e risco de abuso pelo órgão licitante	570
82.3.4	SRP e o compartilhamento de demandas.....	571
82.4	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES DIRETAS.....	571
82.4.1	Registro de preços para contratações diretas e mercados com preços voláteis (fluidos)	572
82.5	SRP E MENOR PREÇO POR GRUPO	573
82.6	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE.....	575
82.7	ADOÇÃO DO SRP PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS	577
82.8	SRP E REGIME DE EXECUÇÃO.....	579
82.9	CADASTRO DE RESERVA	579
82.10	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO OU ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS	580
82.10.1	Alteração e atualização dos preços registrados.....	582

82.10.2	SUGESTÕES DE MODELAGENS PARA “ATUALIZAÇÃO” DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NA LEI Nº 14.133/2021	583
82.10.3	SUGESTÕES DE MODELAGENS PARA “ALTERAÇÃO” DOS PREÇOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	584
83.	A INEXISTÊNCIA DA OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAR	587
83.1	SRP, PRETENSÃO CONTRATUAL E BOA-FÉ	587
83.2	SRP E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	588
84	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	588
84.1	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS X CONTRATO ADMINISTRATIVO	589
84.2	PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA	589
84.3	VALIDADE DA ATA E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	590
84.4	INÍCIO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA	591
84.5	SRP E ACRÉSCIMOS DOS QUANTITATIVOS CONTRATADOS	591
84.6	PRORROGAÇÃO DA ATA E RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS FIXADOS NA LICITAÇÃO	592
84.7	OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR E NOTA DE EMPENHO ENCAMINHADA APÓS O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA	595
84.8	PREÇOS REGISTRADOS: REVISÃO ECONÔMICA E NEGOCIAÇÃO	596
85	REGISTRO DE PREÇOS PARA OBRAS	599
86	INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS	601
86.1	DA DISPENSA DO PROCEDIMENTO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP	601
86.2	ÓRGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTE E O NÃO PARTICIPANTE (“CARONA”)	602
86.2.1	COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE GERENCIADORA	603
86.2.2	COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE PARTICIPANTE	605
86.3	UTILIZAÇÃO DA ATA E CONTROLE DE LEGALIDADE PELO ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO	606
86.3.1	ÓRGÃO PARTICIPANTE E O CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE PELA ASSESSORIA JURÍDICA	607
86.3.2	ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE E O CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE PELA ASSESSORIA JURÍDICA	607
86.4	ARP E OS ASPECTOS SUBJETIVOS IMPACTANTES NO PREÇO	608
86.5	DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	609
86.6	NATUREZA JURÍDICA DA ADESÃO	609
86.7	ADESÃO E LIMITES	609
86.7.1	Limites subjetivos	611
86.7.1.1	Limite subjetivo e vedação da adesão por órgãos e entes federais a atas de outros entes	612
86.7.1.2	Limite subjetivo e a adesão a atas gerenciadas por órgãos e entes municipais	612
86.7.1.3	Limite subjetivo e impossibilidade de adesão a ata de estatal lastreada na lei nº 13.303/2016	614
86.7.1.4.	Da possibilidade de adesão a item srp estatal lastreado na lei nº 14.133/2021	616

86.7.2	Limite quantitativo individual.....	618
86.7.3	Limite quantitativo global.....	618
86.7.4	Limite temporal.....	619
86.7.5	Limite formal.....	619
86.7.6	Limite lógico.....	619
86.7.6.1	Limite lógico e necessidade de confecção de termo de referência.....	620
86.7.7	Limite procedimental.....	620
86.8	ADESÃO À ATA E ALTERAÇÕES DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS ORIGINAIS.....	621
86.9	ADESÃO DE ÓRGÃOS FEDERAIS À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DE ENTIDADES DO “SISTEMA S”.....	622
86.10	ADESÃO DE ENTIDADES PRIVADAS À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES FEDERAIS.....	622
86.11	DA ADESÃO EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	622
86.12	SRP E CONVÊNIOS.....	623
86.13	SRP E APLICAÇÃO DE SANÇÕES.....	624
86.14	DA RECUSA DO FORNECEDOR REGISTRADO.....	625
86.15	POSSIBILIDADE DE SANCIONAMENTO PELA RECUSA DE FORNECIMENTO AO CARONA.....	625
SEÇÃO VI – DO REGISTRO CADASTRAL.....		626
87	DO REGISTRO CADASTRAL.....	627
87.1	SICAF, SISG E A GÊNESE DA IDEIA DO REGISTRO CADASTRAL COMO PROCEDIMENTO AUXILIAR.....	628
87.2	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) E O REGISTRO CADASTRAL UNIFICADO.....	629
88	REGISTRO CADASTRAL E O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.....	630
88.1	REGISTRO CADASTRAL E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO CONTRATANTE.....	631
TÍTULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....		631
CAPÍTULO I – DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS.....		631
89	CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	635
89.1	CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	636
89.2	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	638
89.3	BREVE APONTAMENTO SOBRE A INCOMPLETUDE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	639
89.4	CONTRATO ADMINISTRATIVO E CONSensualidade.....	639
90	CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO.....	640
90.1	PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA.....	640
90.2	CONVOCAÇÃO DE LICITANTE REMANESCENTE.....	641
90.3	LICITANTE REMANESCENTE E SANCIONAMENTO.....	642
90.4	PROCEDIMENTO APÓS ASSINATURA DO CONTRATO OU INÍCIO DA EXECUÇÃO....	642
91	FORMALISMO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	643
91.1	RECONHECIMENTO DE DÍVIDA.....	644

91.2	RECONHECIMENTO DE DÍVIDA E ELEMENTOS CONDICIONANTES	645
91.3	RECONHECIMENTO DE DÍVIDA E BOA-FÉ CONTRATUAL	646
92	CLÁUSULAS NECESSÁRIAS	647
92.1	ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO E QUITAÇÃO	648
92.2	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO	648
92.3	LIQUIDAÇÃO DE DESPESA	648
92.4	PERÍODO ANTECEDENTE	649
92.5	REAJUSTE E OBRIGATORIEDADE	649
93	CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS	650
94	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP)	650
94.1	CONTRATAÇÕES URGENTES, EFICÁCIA PRECÁRIA E CONVALIDAÇÃO DE EVENTUAL ATRASO NA PUBLICIDADE DO ATO	651
94.2	CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS E DIVULGAÇÃO	651
95	OBRIGATORIEDADE E FACULTATIVIDADE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL	652
95.1	HIPÓTESES DE FACULTATIVIDADE DE USO DO INSTRUMENTO E INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA	653
95.2	ORDEM DE SERVIÇO OU SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO	653
95.3	CONTRATO VERBAL	654
	CAPÍTULO II – DAS GARANTIAS	654
96	GARANTIA CONTRATUAL	656
96.1	GARANTIA E DISCRICIONARIEDADE	657
96.2	GARANTIA E NECESSÁRIA PREVISÃO NO EDITAL	657
96.3	MODALIDADES DE GARANTIA E OPÇÃO PELA CONTRATAÇÃO	658
96.4	CAUÇÃO	659
96.5	SEGURO-GARANTIA	659
96.6	FIANÇA BANCÁRIA	660
96.7	TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO	660
97	SEGURO-GARANTIA E ESPECIFICIDADES	662
98	GARANTIAS E PERCENTUAL ORDINÁRIO	663
98.1	GARANTIAS E PERCENTUAL ORDINÁRIO EM CONTRATOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA	664
99	GARANTIA COM LIMITE AMPLIADO E CLÁUSULA DE RETOMADA (STEP-IN)	664
99.1	OBJETOS PASSÍVEIS DE ADOÇÃO DA GARANTIA COM LIMITE AMPLIADO	665
99.2	OUTRAS EXIGÊNCIAS LEGAIS NECESSÁRIAS À CONTRATAÇÃO	665
99.3	CONEXÃO DO ARTIGO 99 COM O ARTIGO 102	665
100	LIBERAÇÃO OU RESTITUIÇÃO DA GARANTIA	666
101	ENTREGA DE BENS PELA ADMINISTRAÇÃO E VALOR DA GARANTIA	666
102	SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA	666
102.1	PERFORMANCE BOND	667
102.2	PERFORMANCE BOND. VANTAGENS E RISCOS	669
102.3	SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA E REGRAS LEGAIS	672
102.4	CLÁUSULA DE RETOMADA E OBRIGATORIEDADE	672

102.5 CLÁUSULA DE RETOMADA E APLICAÇÃO RESTRITA A CONTRATAÇÕES DE GRANDE VULTO	673
102.6 SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA E O DESAFIO DE ADAPTAÇÃO	673
CAPÍTULO III – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS	674
103 MATRIZ DE RISCOS	675
103.1 ALOCAÇÃO DE RISCOS E EFICIÊNCIA ECONÔMICA.....	677
103.2 COBERTURA POR SEGURADORAS E ALOCAÇÃO DE RISCOS.....	678
103.3 ALOCAÇÃO DE RISCOS E MENSURAÇÃO DO VALOR ESTIMADO (TAXA DE RISCOS).....	679
CAPÍTULO IV – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO.....	680
104 PRERROGATIVAS CONTRATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO (CLÁUSULAS EXORBITANTES)	680
104.1 FISCALIZAÇÃO	681
104.2 APLICAÇÃO DE SANÇÕES	682
104.3 OCUPAÇÃO PROVISÓRIA.....	682
104.3.1 ocupação provisória e serviços essenciais.....	683
104.3.2 Ocupação provisória e serviços terceirizados.....	684
104.4 IMPOSIÇÃO DE ÔNUS ESPECIAIS.....	684
CAPÍTULO V – DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS.....	685
105 DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E O AVANÇO EM RELAÇÃO À LEI Nº 8.666/93.....	686
105.1 ORÇAMENTO	687
105.2 EXIGÊNCIA DE PREVISÃO NO PLANO PLURIANUAL	689
106 FORNECIMENTOS CONTÍNUOS.....	689
106.1 CARACTERIZAÇÃO COMO FORNECIMENTOS CONTÍNUOS (DE BENS OU SERVIÇOS).....	690
106.2 INAPLICABILIDADE DA MODELAGEM OBRIGATÓRIA DADA AOS SERVIÇOS CONTÍNUOS	690
106.3 DIRETRIZES PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM PRAZO DE ATÉ CINCO ANOS	691
106.3.1 Atestação de vantagem econômica na contratação plurianual.....	691
106.3.2 Existência de créditos orçamentários e vantagem na continuidade contratual.....	691
106.3.3 Extinção do contrato pela ausência de crédito orçamentário ou pela ausência de vantagem em sua continuidade	692
107 PRORROGAÇÃO (RENOVAÇÃO) ATÉ A VIGÊNCIA DECENAL.....	693
107.1 PRORROGAÇÃO X RENOVAÇÃO	693
107.2 PERÍODOS SUCESSIVOS	694
107.3 REQUISITOS	694
107.3.1 Renovação e previsão editalícia.....	695
107.3.2 Renovação e “vantajosidade”	695
107.3.3 Pesquisa de preços e renovação de contratações de prestação continuada	696

107.4 RENOVAÇÃO CONTRATUAL E PASSOS FORMAIS	699
107.5 PRORROGAÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO	700
107.6 RENOVAÇÃO (PRORROGAÇÃO) CONTRATUAL E IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO NAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS	700
108 CONTRATOS ESPECÍFICOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DECENAL	701
109 CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E VIGÊNCIA INDETERMINADA	702
109.1 CONVÊNIOS E VIGÊNCIA INDETERMINADA	704
110 VIGÊNCIA NO CONTRATO DE EFICIÊNCIA	704
111 CONTRATOS POR ESCOPO E PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA VIGÊNCIA	705
112 PRAZOS CONTRATUAIS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO ESPECIAL	706
113 VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO	707
114 VIGÊNCIA DOS CONTRATOS PARA OPERAÇÃO CONTINUADA DE SISTEMAS ESTRUTURANTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	707
CAPÍTULO VI – DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS	707
115 DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS	708
115.1 SUSPENSÃO DO CONTRATO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	709
115.2 PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	710
115.3 PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA X TERMO ADITIVO	710
115.4 DA OBRIGATORIEDADE DE PRÉVIA OBTENÇÃO DA LICENÇA PRÉVIA	711
116 CONTRATO E RESERVA DE CARGOS	712
117 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL	712
117.1 GESTOR DO CONTRATO E FISCAL DO CONTRATO	712
117.1.1 Espécies de fiscalizações	713
117.2 ESPÉCIES DE FISCALIZAÇÕES	714
117.3 FISCAL DO CONTRATO E TERCEIRIZAÇÃO	715
117.4 REGISTRO PELO FISCAL	716
117.5 FISCALIZAÇÃO E VEDAÇÕES A ATOS DE INGERÊNCIA	717
117.6 FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DE APOIAMENTO JURÍDICO E DE CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO	717
118 PREPOSTO DA EMPRESA	717
119 EXECUÇÃO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO POR VÍCIOS	719
120 EXECUÇÃO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO POR DANOS	719
121 RESPONSABILIDADE TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA, FISCAL E COMERCIAL	720
121.1 CONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO (STF ADC 16)	720
121.2 ENUNCIADO 331 DO TST	721
121.3 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO POR DÉBITOS TRABALHISTAS	723
121.4 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E CONTRATO DECORRENTE DE OBRA	726
121.4.1 Instrução Normativa nº 06/18 e cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas	727
121.5 LIMITES AMPLOS DA RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA	728
121.6 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E DESVIO DE FUNÇÃO	728

121.7 CONVÊNIOS E RESPONSABILIDADE TRABALHISTA DO CONVENIENTE	729
121.8 CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO E CONTA VINCULADA	730
121.9 CONTRATOS DE EVENTO MUSICAL E RESPONSABILIZAÇÃO PELO PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS	731
121.10 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA	732
121.11 DECRETO FEDERAL Nº 12.174/2024 E GARANTIAS TRABALHISTAS A SEREM OBSERVADAS NOS CONTRATOS	732
122 SUBCONTRATAÇÃO	734
122.1 SUBCONTRATADO E EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO	734
123 DECISÃO ADMINISTRATIVA E DEVER DE EMISSÃO	735
CAPÍTULO VII – DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS	735
124 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS	738
124.1 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS	739
124.2 ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS	739
124.3 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS-QUANTITATIVAS	740
124.4 ALTERAÇÃO UNILATERAL E MOTIVAÇÃO	740
124.5 ALTERAÇÃO UNILATERAL E AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO CONTRATO	740
124.6 ALTERAÇÃO CONSENSUAL	741
124.6.1 Alteração consensual e substituição da garantia de execução	741
124.6.2 Alteração consensual e mudança do regime de execução	742
124.6.3 Mudança da forma de pagamento e vedação à antecipação de pagamento	744
124.7 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	746
124.7.1 Objeto do reequilíbrio econômico	748
124.7.2 Reequilíbrio econômico e termo aditivo	749
124.7.3 Reequilíbrio econômico e variação de taxa cambial	750
124.7.4 Reequilíbrio econômico e alocação do risco pelo contrato (matriz de riscos)	750
124.7.5 Cumulação de reajuste e reequilíbrio econômico	751
124.8 FALHA NO PROJETO E RESPONSABILIDADE	752
125 ALTERAÇÕES UNILATERAIS E LIMITES	752
125.1 LIMITES E INCIDÊNCIA PARA ALTERAÇÕES QUALITATIVAS OU QUANTITATIVAS	753
125.2 LIMITES E ALTERAÇÕES CONSENSUAIS	755
125.3 ATUALIZAÇÃO DO VALOR E INCIDÊNCIA DOS LIMITES PERCENTUAIS	755
125.4 LIMITES PERCENTUAIS E RENOVAÇÕES CONTRATUAIS	756
125.5 LIMITES PERCENTUAIS E PLURALIDADE DE ITENS	756
125.6 CUMULAÇÃO ENTRE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES	758
125.7 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E NÃO RENOVAÇÃO ANUAL DO LIMITE LEGAL	759
125.8 CONTRATOS SOB DEMANDA	760
125.9 ALTERAÇÕES UNILATERAIS E ECONOMIA DE ESCALA	760
126 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E NÃO TRANSFIGURAÇÃO DO OBJETO	761
127 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS E FIXAÇÃO DOS PREÇOS	761

128 ADITAMENTOS E PROPORÇÃO ENTRE VALOR GLOBAL DO CONTRATO E O PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA	763
129 INDENIZAÇÃO PELOS MATERIAIS JÁ ADQUIRIDOS	763
130 ALTERAÇÃO UNILATERAL E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO	763
131 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E PRECLUSÃO LÓGICA	764
131.1 NÃO APLICAÇÃO DA REGRA DE PRECLUSÃO LÓGICA NA PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS DE ESCOPO	765
132 ADITIVO CONTRATUAL	766
133 CONTRATAÇÃO INTEGRADA, SEMI-INTEGRADA E ALTERAÇÃO DOS VALORES CONTRATUAIS	766
134 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO	767
134.1 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO	767
134.2 REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO	768
134.2.1 reajuste, anualidade e marco inicial	768
134.2.2 Reajuste e requerimento formal	769
134.2.3 Reajuste antes de um ano de vigência contratual	770
134.2.4 Obrigatoriedade da previsão do reajuste no edital ou contrato	771
134.2.5 Impossibilidade de concessão ordinária de reajuste, sem previsão no edital ou contrato	771
134.2.6 Contrato, sem previsão de reajuste, que suplante a anualidade por culpa da Administração	773
134.2.7 Reajuste e preclusão lógica	774
134.3 REPACTUAÇÃO	776
134.4 ALTERAÇÃO TRIBUTÁRIA E REPERCUSSÃO ECONÔMICA	776
134.5 PERDA DO ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO	776
134.6 ADOÇÃO DE ALÍQUOTAS EQUIVOCADAS NA PROPOSTA E VEDAÇÃO À UNILATERAL ALTERAÇÃO POSTERIOR, PELA ADMINISTRAÇÃO	777
135 REPACTUAÇÃO	782
135.1 REPACTUAÇÃO E REQUISITOS MÍNIMOS	783
135.2 REPACTUAÇÃO E SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	784
135.3 CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO COMO “COM” OU “SEM” DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA	785
135.4 REPACTUAÇÃO E ANÁLISE DE PLANILHA	786
135.5 MOMENTO DE INCIDÊNCIA DA REPACTUAÇÃO	787
135.6 REPACTUAÇÃO E EFEITOS FINANCEIROS	788
135.7 CRITÉRIO DA REPACTUAÇÃO PARA CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO (INSUMOS DIVERSOS)	789
135.8 REPACTUAÇÃO COMO DIREITO DO CONTRATADO E A PRECLUSÃO LÓGICA ADMINISTRATIVA	791
135.9 PRECLUSÃO LÓGICA PARCIAL	794
135.10 REPACTUAÇÃO E CATEGORIAS PROFISSIONAIS NÃO ALCANÇADAS PELA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO	794

135.11 REPACTUAÇÃO E SALÁRIO MÍNIMO.....	795
135.12 REPACTUAÇÃO E REMUNERAÇÃO MAIOR QUE O PISO SALARIAL ALTERADO.....	796
135.13 REPACTUAÇÃO, APOSTILAMENTO E ANÁLISE PELA ASSESSORIA JURÍDICA.....	797
135.14 PLANILHAS.....	797
135.15 IRPJ E CSLL EM PLANILHAS DE CUSTOS.....	798
135.16 DO PAGAMENTO, AO TRABALHADOR, DE SALÁRIO MENOR QUE O ESTIPULADO NA PROPOSTA.....	798
136 APOSTILA.....	799
CAPÍTULO VIII – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS.....	800
137 EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	802
137.1 SITUAÇÕES QUE PODEM GERAR A EXTINÇÃO DO CONTRATO.....	802
137.2 EXTINÇÃO E DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	804
137.3 EXTINÇÃO CONTRATUAL E CAUTELAR ADMINISTRATIVA.....	805
137.4 <i>EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS</i>	805
137.5 ATRASO NO PAGAMENTO COMO INSTRUMENTO DE CORRUPÇÃO.....	806
137.6 SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	807
137.6.1 Da suspensão unilateral pela administração.....	807
137.6.2 Da suspensão unilateral pelo particular.....	808
137.6.3 Da suspensão contratual consensual.....	810
137.6.4 Da alteração contratual para sustação ou alteração de parte da execução contratual (suspensão parcial).....	810
137.7 DOS EFEITOS DECORRENTES DA SUSPENSÃO.....	811
137.7.1 Dos efeitos decorrentes da suspensão integral.....	811
137.7.2 Dos efeitos decorrentes da suspensão parcial.....	811
137.8 DA FORMALIZAÇÃO DA SUSPENSÃO.....	812
137.9 EXTINÇÃO DE CONVÊNIOS E PROCESSAMENTO SEM CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.....	813
138 ESPÉCIES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL (UNILATERAL, CONSENSUAL, ARBITRAL OU JUDICIAL).....	814
138.1 LIMITES PARA A EXTINÇÃO CONSENSUAL.....	815
138.2 JUÍZO ARBITRAL.....	816
138.3 EXTINÇÃO CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO.....	818
139 CONSEQUÊNCIAS DA EXTINÇÃO UNILATERAL.....	819
CAPÍTULO IX – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.....	820
140 RECEBIMENTO PROVISÓRIO E RECEBIMENTO DEFINITIVO.....	821
140.1 GLOSA.....	822
CAPÍTULO X – DOS PAGAMENTOS.....	823
141 DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS.....	824
141.1 IMPORTÂNCIA DO RESPEITO À ORDEM CRONOLÓGICA.....	825
141.2 DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA QUE SEJA RESPEITADA A ORDEM CRONOLÓGICA.....	826
141.3 ORDEM CRONOLÓGICA E A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77/2022.....	828

141.4 OPERAÇÃO DE CRÉDITO GARANTIDA POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS DE CRÉDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	832
142 PAGAMENTO ATRAVÉS DE CONTA VINCULADA OU PELA COMPROVAÇÃO DO FATO GERADOR.....	833
143 PARTE INCONTROVERSA DA EXECUÇÃO E DIREITO AO PAGAMENTO	834
144 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	834
144.1 DA MOTIVAÇÃO.....	835
144.2 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E PAGAMENTO	836
144.3 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E LIMITE ORÇAMENTÁRIO	837
144.4 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E ORÇAMENTO SIGILOSO	837
144.5 EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	838
145 PAGAMENTO ANTECIPADO	839
145.1 PAGAMENTO ANTECIPADO EM UMA SUCINTA PERSPECTIVA ECONÔMICA	840
145.2 PAGAMENTO ANTECIPADO E A NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA	841
146 LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS E COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	844
CAPÍTULO XI – DA NULIDADE DOS CONTRATOS	844
147 NULIDADE DOS CONTRATOS.....	845
147.1 O PERÍODO DO DIREITO ADMINISTRATIVO CLÁSSICO: ILEGALIDADE X INVALIDAÇÃO.....	846
147.2 A POSSIBILIDADE DA CONVALIDAÇÃO DE IRREGULARIDADES	847
147.3 A EVOLUÇÃO PARA UMA ABORDAGEM CONSEQUENCIALISTA	848
147.4 REGIME JURÍDICO DE NULIDADE CONTRATUAL NA LEI Nº 14.133/2021	850
147.5 APONTAMENTOS RELEVANTES SOBRE A APLICAÇÃO DO REGIME JURÍDICO DE NULIDADE CONTRATUAL NA LEI Nº 14.133/2021	851
147.6 ANÁLISE DO IMPACTO INVALIDATÓRIO COMO DIREITO DO CONTRATADO.....	853
147.7 ANÁLISE DO IMPACTO INVALIDATÓRIO E SUAS PERSPECTIVAS MÚLTIPLAS	853
147.8 COMPETÊNCIA PARA A ANÁLISE DO IMPACTO INVALIDATÓRIO	854
147.9 INEXISTÊNCIA DE PROTEÇÃO ÀQUELES QUE PRATICAM IRREGULARIDADES.....	855
148 NULIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E INDENIZAÇÃO	855
148.1 NULIDADE CONTRATUAL E EFEITOS PROSPECTIVOS.....	856
149 NULIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E INDENIZAÇÃO.....	856
149.1 NULIDADE CONTRATUAL, <i>DISGORGEMENT</i> E INDENIZAÇÃO EM FAVOR DO CONTRATADO.....	857
150 CONTRATAÇÕES E INDICAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS	858
150.1 FALTA DE APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.....	859
CAPÍTULO XII – DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	860
151 MEIOS ALTERNATIVOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	860
151.1 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CONTRATUAIS E AS CÂMARAS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS – LEI Nº 13.140/2015	861
151.2 SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONTROVÉRSIAS NO ÂMBITO DO TCU – IN TCU Nº 91/2022 (SECEX CONSENSO)	864

152 ARBITRAGEM DE DIREITO	866
153 TERMO ADITIVO PARA INCLUSÃO DE CLÁUSULA ARBITRAL.....	866
154 PROCESSO DE ESCOLHA DOS ÁRBITROS	867
TÍTULO IV – DAS IRREGULARIDADES.....	867
CAPÍTULO I – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	867
155 REGRAMENTO SOBRE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	871
155.1 INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	871
155.2 SUJEITO PASSIVO DAS SANÇÕES.....	874
156 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS LICITAÇÕES.....	875
156.1 DA ADVERTÊNCIA.....	875
156.2 DA MULTA.....	876
156.2.1 Efeito da multa	877
156.3 DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR.....	877
156.3.1 Efeitos da sanção impedimento de licitar e contratar	877
156.3.2 Amplitude da sanção impedimento	878
156.3.3 Prazo da sanção impedimento	878
156.4 DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR.....	879
156.4.1 Declaração de inidoneidade e efeitos	879
156.4.2 Amplitude da sanção declaração de inidoneidade.....	879
156.4.3 Prazo da sanção declaração de inidoneidade.....	880
156.4.4 TCU e declaração de inidoneidade	880
156.5 APLICAÇÃO DA RESTRIÇÃO GERADA PELAS SANÇÕES IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, DURANTE O CERTAME.....	881
156.6 EFEITO RESTRITIVO DAS SANÇÕES E A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS	882
156.7 AFASTAMENTO CAUTELAR DOS EFEITOS RESTRITIVOS DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	882
156.8 COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES.....	884
156.8.1 Declaração de inidoneidade e competência exclusiva.....	885
156.8.2 Declaração de inidoneidade e conselhos profissionais.....	885
156.8.3 Aplicação de sanção por autarquia e recurso para ministro	887
156.9 APLICAÇÃO DAS SANÇÕES.....	887
157 PROCESSAMENTO DA MULTA.....	888
158 DO PROCESSO PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, E DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE	888
158.1 PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA.....	890
159 DOS ATOS LESIVOS DA LEI Nº 12.846/2013 – APURAÇÃO E JULGAMENTO CONJUNTO ...	891
160 DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	892
161 PUBLICIDADE NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS) E NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP)	896
162 MULTA MORATÓRIA.....	896
163 REABILITAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO	897

CAPÍTULO II – DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS	897
164 DAS IMPUGNAÇÕES	899
164.1 IMPUGNAÇÃO E EFEITO SUSPENSIVO	899
164.2 IMPUGNAÇÃO E PRECLUSÃO LÓGICA	901
164.3 ACOLHIMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL	901
164.4 DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO E CABIMENTO DE RECURSO	902
165 RECURSO ADMINISTRATIVO	902
165.1 PRESSUPOSTOS RECURSAIS	902
165.2 RECURSO E LEGITIMIDADE	903
165.3 ESPÉCIES DE RECURSOS NA LEI Nº 14.133/2021 E SEU RITO	904
165.4 COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DO RECURSO	906
165.5 RECURSO E AUTORIDADE INCOMPETENTE	907
165.6 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022 E O RECURSO ADMINISTRATIVO	907
165.7 NOVA DECISÃO DE HABILITAÇÃO E A OBRIGATORIEDADE DE NOVA FASE RECURSAL	907
165.8 INABILITAÇÃO DO LICITANTE E ABERTURA DO PRAZO RECURSAL	910
166 RECURSO E AS SANÇÕES DE ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR	911
166.1 NÃO CABIMENTO DE RECURSO HIERÁRQUICO PRÓPRIO, PARA O MINISTRO DE ESTADO, EM VIRTUDE DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES DISCIPLINARES, POR AUTARQUIA SUPERVISIONADA	911
166.2 DO PARECER VINCULANTE AC 51 DA AGU	915
167 PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE	918
168 EFEITO SUSPENSIVO	918
168.1 RECURSO ADMINISTRATIVO E APOIO DA ASSESSORIA JURÍDICA	919
CAPÍTULO III – DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES	919
169 O CONTROLE NAS CONTRATAÇÕES	921
169.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE DE CONTROLE	922
169.2 AS LINHAS DE DEFESA	923
169.3 PREMISSAS DE ATUAÇÃO DAS LINHAS DE DEFESA	926
170 ÓRGÃOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	926
171 PREMISSAS PARA A ATUAÇÃO DO CONTROLE	927
171.1 DA SUSPENSÃO CAUTELAR DO PROCESSO LICITATÓRIO	928
172 SÚMULAS DO TCU E VINCULAÇÃO (VETADO)	928
173 DA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS E EMPREGADOS PÚBLICOS	930
TÍTULO V – DISPOSIÇÕES GERAIS	931
CAPÍTULO I – DO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	931
174 PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP)	933
174.1 DO OBJETIVO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS	934
174.2 REALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DE TODOS OS ENTES FEDERATIVOS	935

174.3 COMITÊ GESTOR DA REDE NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	937
174.3.1 Regulamentação do comitê gestor da rede nacional de contratações públicas	937
175 POSSIBILIDADE DE DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR E INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS PRIVADOS	939
175.1 APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO PNCP	939
175.2 DA DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR DAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS	945
176 REGRAS ESPECÍFICAS PARA MUNICÍPIOS COM ATÉ 20.000 (VINTE MIL) HABITANTES	946
CAPÍTULO II – DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS	947
177 ALTERAÇÃO LEGISLATIVA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	949
178 ALTERAÇÃO LEGISLATIVA NO CÓDIGO PENAL	949
179 ALTERAÇÃO NA LEI DE CONCESSÕES (LEI Nº 8.987/1995)	950
180 ALTERAÇÃO NA LEI DE CONCESSÕES (LEI Nº 11.079/2004)	950
CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS	950
181 CENTRAIS DE COMPRAS E COMPRAS COMPARTILHADAS	953
181.1 CENTRAIS DE COMPRAS E COMPRAS COMPARTILHADAS	953
181.2 CONSÓRCIO PÚBLICO	954
181.3 COMPRAS COMPARTILHADAS SEM UTILIZAÇÃO DO SRP	954
181.4 COOPERAÇÃO E COMPRAS COMPARTILHADAS ENTRE ÓRGÃOS CONTRATANTES NA UNIÃO EUROPEIA	954
182 ATUALIZAÇÃO DOS VALORES FIXADOS PELA LEI Nº 14.133/2021	956
183 DOS PRAZOS INDICADOS NA LEI Nº 14.133/2021	958
184 APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 AOS CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	959
184.1 ALTERAÇÕES PRODUZIDAS PELA LEI Nº 14.770/2023 NO ARTIGO 184	959
184.2 REGIME SIMPLIFICADO PARA INSTRUMENTOS CONVENIAIS DE VALOR REDUZIDO (ART. 184-A)	960
184.3 DISPOSITIVOS VETADOS DA LEI Nº 14.770/2023 QUE ALTERARIAM OS ARTIGOS 184 E 184-A	960
184.4 A DIVERSIDADE DE INSTRUMENTOS CONVENIAIS EXISTENTES	963
184.5 TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	964
184.6 DECRETO FEDERAL Nº 11.531/2023 E VEDAÇÕES	965
184.7 DECRETO FEDERAL Nº 11.531/2023, CONDIÇÕES ESSENCIAIS, SUBCONVENIAMENTO E A TITULARIDADE DOS BENS REMANESCENTES EM CONVÊNIOS	966
184.8 UTILIZAÇÃO DISSIMULADA DO CONVÊNIO EM DETRIMENTO DE UM CONTRATO ADMINISTRATIVO	967
184.9 CONVÊNIOS E DENÚNCIA PELO CONVENIENTE	968
184.10 CONVÊNIOS (EM SENTIDO AMPLO) COM ENTIDADES PRIVADAS, SEM FINS LUCRATIVOS	969
185 APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 ÀS ESTATAIS	971
186 APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA	971
187 LICITAÇÕES E PODER REGULAMENTAR	971

187.1 PODER REGULAMENTAR X PODER HIERÁRQUICO	973
187.2 PODER REGULAMENTAR X PODER NORMATIVO	975
187.3 REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 PELOS DEMAIS ENTES FEDERATIVOS	975
187.4 APLICAÇÃO DOS REGULAMENTOS EDITADOS PELA UNIÃO, PELOS DEMAIS ENTES	976
188 REGULAMENTAÇÃO EM NORMATIVO ÚNICO (VETADO)	977
189 DAS REFERÊNCIAS EXPRESSAS AOS ANTIGOS REGIMES LICITATÓRIOS	978
190 DOS CONTRATOS ANTERIORES À APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 E ULTRATIVIDADE DA LEGISLAÇÃO ANTIGA	978
191 DA ESCOLHA DISCRICIONÁRIA ENTRE O REGIME LICITATÓRIO NOVO E O ANTIGO	979
191.1 DA OPÇÃO DE USO ALTERNADO DO REGIME NOVO E DO REGIME ANTIGO NO PERÍODO DE CONVIVÊNCIA NORMATIVA	980
191.2 A REGRA DE ULTRATIVIDADE DO ARTIGO 191 DA NLLCA E O SIGNIFICADO DE “OPTAR POR LICITAR”	981
191.3 DEFINIÇÃO NORMATIVA DA “OPÇÃO POR LICITAR” DE ACORDO COM O REGIME ANTERIOR	985
191.4 INADEQUAÇÃO DA APLICAÇÃO AUTOMÁTICA DO “PRECEDENTE” IDENTIFICADO NO ACÓRDÃO Nº 2.279/2019 DO TCU	986
191.5 ARTIGO 191 E AS LICITAÇÕES PARA REGISTRO DE PREÇOS REALIZADAS COM BASE NA LEGISLAÇÃO ANTERIOR	988
191.5.1 ULTRATIVIDADE, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM BASE NA LEGISLAÇÃO ANTERIOR E PECULIARIDADE DA ADESÃO	989
191.6 APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR AOS CONTRATOS FIRMADOS COM BASE NELA, MESMO APÓS A SUA REVOGAÇÃO	990
191.7 PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS COM BASE NA LEGISLAÇÃO ANTIGA, APÓS SUA REVOGAÇÃO	991
191.8 NÃO APLICAÇÃO DAS LEIS DE LICITAÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS, DIANTE DA REVOGAÇÃO DA LEI Nº 8.666, DE 1993	993
191.9 EXTINÇÃO DO CONTRATO REGIDO PELA LEI Nº 8.666/93, ULTRATIVIDADE NORMATIVA E A APLICAÇÃO DA DISPENSA DE REMANESCENTE	994
192 CONTRATO RELATIVO A IMÓVEL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO	995
193 REVOGAÇÃO DOS ANTIGOS REGIMES LICITATÓRIOS	995
194 VIGÊNCIA DA LEI	995

PARTE 2

ESTATUTO DAS MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS

LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 (COMENTADA)	999
LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006	999
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	999
1 OBSERVAÇÃO	1002
2 SÍNTESE SOBRE A EVOLUÇÃO DO ESTADO	1002
3 PRINCÍPIO DA IGUALDADE	1007

4	REGULAMENTO E CONTRATAÇÃO DE OBRAS	1009
5	SÍNTESE HISTÓRICA.....	1010
CAPÍTULO II – DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE		1012
6	LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E O TRATAMENTO DIFERENCIADO NAS LICITAÇÕES.....	1015
6.1	POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DAS REGRAS DE LICITAÇÃO DA LC 123 POR LEI ORDINÁRIA	1017
7	PERTINÊNCIA DO TRATAMENTO DIFERENCIADO.....	1017
8	PERDA DO ENQUADRAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO	1018
8.1	PERDA DO ENQUADRAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL E SERVIÇOS CONTÍNUOS	1020
9	PARTICIPAÇÃO DE ME OU EPP EM CERTAME COM VALOR MAIOR QUE O RESPECTIVO ENQUADRAMENTO	1020
10	INFORMAÇÃO FALSA E RESPONSABILIDADE.....	1021
11	SERVIÇO DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA E NÃO INCIDÊNCIA DO SIMPLES NACIONAL	1023
12	PESSOAS EQUIPARADAS A ME/EPP (COOPERATIVAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), PRODUTOR RURAL E AGRICULTOR FAMILIAR)	1025
CAPÍTULO V – DO ACESSO AOS MERCADOS.....		1026
SEÇÃO ÚNICA – DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS		1026
13	REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA POSTERGADA.....	1027
13.1	TRATAMENTO DIFERENCIADO E DÉBITOS COM A SEGURIDADE SOCIAL.....	1027
13.2.	COMENTÁRIOS À REGULARIDADE POSTERGADA.....	1028
14	EMPATE FICTO	1029
14.1	UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO DESEMPATE FICTO.....	1030
14.2	CONDIÇÃO COMO MICROEMPRESA E VERIFICAÇÃO.....	1031
14.3	EMPATE FICTO E PROCEDIMENTO DE DESEMPATE	1031
15	PRAZO PARA NOVAS PROPOSTAS.....	1032
16	DESEMPATE FICTO E DESESTÍMULO À ECONOMICIDADE.....	1032
17	DESEMPATE FICTO E OBRIGATORIEDADE.....	1032
18	LICITANTE COELHO E DESEMPATE FICTO.....	1033
19	MODALIDADES NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DO DESEMPATE FICTO	1034
20	CÉDULA DE CRÉDITO MICROEMPRESARIAL	1036
21	LIQUIDAÇÃO DA DESPESA.....	1037
22	LICITAÇÕES DIFERENCIADAS.....	1038
22.1	DA APROVAÇÃO DE LEGISLAÇÃO MAIS BENÉFICA POR ESTADOS E MUNICÍPIOS (PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 47).....	1038
22.2	LICITAÇÕES EXCLUSIVAS	1040
22.2.1	Licitações exclusivas e adesão no Sistema de Registro de Preços.....	1041
22.2.2	Licitações exclusivas e restrição às empresas sediadas no Estado	1042
22.2.3	Licitações exclusivas e serviços contínuos	1044

22.2.4	Licitações exclusivas e posterior aditamento contratual.....	1045
22.2.5	Licitações exclusivas e aglutinação de itens em grupos.....	1046
22.3	SUBCONTRATAÇÃO.....	1046
22.3.1	Subcontratação e indicação de empresa.....	1047
22.3.2	Subcontratação e exigências.....	1047
22.3.3	Regulamentação federal.....	1047
22.3.4	Subcontratação e fornecimento de bens.....	1048
22.4	COTA DE 25%.....	1048
22.4.1	Cota no item x cota de item.....	1049
22.4.2	Cota de 25% e regulamento federal.....	1051
22.4.3	Cota de 25% e limite sistemático.....	1052
22.5	PROBLEMAS PRÁTICOS NAS LICITAÇÕES EXCLUSIVAS.....	1058
22.5.1	Licitações exclusivas e itens espelho.....	1059
22.5.2	Cotas exclusivas e prioridade de contratação.....	1059
22.6	PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA ME/EPP.....	1060
23	INAPLICABILIDADE DAS LICITAÇÕES DIFERENCIADAS.....	1062
23.1	NÚMERO MÍNIMO DE FORNECEDORES COMPETITIVOS.....	1062
23.2	EXISTÊNCIA DE DESVANTAGEM OU PREJUÍZO.....	1063
23.3	CONTRATAÇÃO DIRETA.....	1064
24	REFLEXÃO.....	1064
25	RESTRIÇÃO DA LICITAÇÃO A EMPRESAS SEDIADAS NO ESTADO E INCONSTITUCIONALIDADE.....	1065
26	LEI E RESPEITO À ISONOMIA ENTRE LICITANTES.....	1066
REFERÊNCIAS.....		1069
ÍNDICE REMISSIVO.....		1087